

## **A variação linguística e o ensino de língua portuguesa: avaliação de como a variante linguística é tratada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**

Any Biatriz Baltazar da Silva<sup>1</sup>  
Noemi Alves Tavares<sup>2</sup>  
Ana Maria Lopes Ferreira Guimarães<sup>3</sup>  
Bruna Rodrigues da Silva<sup>4</sup>  
Rayssa Cavalcante Andrade<sup>5</sup>

### **RESUMO**

Considerando a variação linguística como um assunto que possui grande importância para nossa sociedade, pois essas diferenças na forma de falar carregam a história e a identidade de cada indivíduo e de cada comunidade, surge a necessidade de analisarmos como o assunto em foco é tratado na sessão na área de linguagens no Componente de Língua Portuguesa da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para bem realizarmos essa pesquisa, utilizamos como metodologia as pesquisas bibliográfica e documental conforme Gil (2008), com abordagem qualitativa segundo Silva e Menezes (2005). Ademais, utilizamos como fontes de dados o documento normativo BNCC e artigos científicos retirados do navegador de internet Google Chrome. Em nossa investigação, verificamos que a BNCC propõe que se deve refletir e trabalhar sobre a variação linguística no âmbito escolar, considerando a heterogeneidade da língua, além disso, o documento traz uma discussão incentivando o respeito as variedades linguísticas e o combate ao preconceito linguístico.

**Palavras-chave:** Variação linguística, Base Nacional Comum Curricular, Preconceito Linguístico.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco- UFAPE, anybaltazar@icloud.com;

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco- UFAPE, noemi.tavares2@gmail.com

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco- UFAPE, annalopess033@gmail.com;

<sup>4</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco- UFAPE, brunajucieuda@gmail.com;

<sup>5</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco- UFAPE, raysandrade20@gmail.com;

## **INTRODUÇÃO**

Os estudos estruturalistas propostos por Saussure e os gerativistas apresentados por Chomsky entendem a língua como um sistema homogêneo, sem levar em conta os fatores extralinguísticos, ao contrário dos estudos propostos por Labov, que consideram a língua como heterogênea e levam em consideração os fatores externos a ela. Assim como Labov observou a língua, a considerou como um fator social e viu que a língua falada possui diversas variações e existem várias maneiras de se falar uma mesma coisa com o mesmo valor de verdade, nós observamos que o ambiente escolar dispõem de variedades culturais, religiosas e também linguísticas, onde é necessário que o professor de língua portuguesa entenda que a língua falada é diferente da língua escrita, pois a escrita é uma representação da fala e não ao contrário e por esse motivo, pode mudar de acordo com o contexto de vida de cada aluno.

Em vista disso, este presente artigo busca analisar a sessão na área de Linguagens existente no Componente de Língua Portuguesa da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual também aborda os fenômenos da variação linguística, que são comuns em toda comunidade de fala, visto que ainda, e infelizmente, as variedades linguísticas que fogem da norma padrão são estigmatizadas e marginalizadas pelas comunidades e até mesmo dentro das próprias escolas, assim os indivíduos que as usam muitas vezes são desrespeitados e excluídos socialmente, fato que está relacionado à preconceitos sociais. Desse modo, a BNCC foi escolhida para análise, uma vez que possui grande influência na educação brasileira, estabelecendo normas e conduzindo os currículos dos sistemas, as propostas pedagógicas e as redes de ensino públicas e privadas do país. Além do mais, para realizarmos esse estudo foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental de acordo com Gil (2008), com uma abordagem qualitativa segundo Silva e Menezes (2005).

## **METODOLOGIA**

Para realizarmos essa pesquisa adotamos primordialmente a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental conforme Gil (2008). O primeiro modelo de pesquisa “é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p.44). Já o segundo tipo de pesquisa, “vale-se de matérias que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda não podem ser reelaborados de acordo com os objetivos de pesquisa” (GIL, 2008, p.45). Ademais, optamos por uma abordagem qualitativa, na qual buscamos atribuir significados aos dados analisados (SILVA; MENEZES, 2005).



No que se refere às fontes de pesquisas, trabalhamos exclusivamente com o documento Base Nacional Comum Curricular, a escolha do documento se deu por conta da influência que esse documento possui para a educação brasileira – com foco no tratamento da variação linguística. Como base bibliográfica, utilizamos artigos científicos (retirados por meio do navegador de internet Google Chrome) e livros sobre a variação linguística.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A sociolinguística ou sociologia da linguagem, é uma das subáreas da linguística que estuda a língua em uso nas comunidades de fala<sup>6</sup>, um dos principais linguistas dessa área, é o William Labov, que foi o iniciador da teoria da Variação e mudança linguística (1972), a qual tem a presença do componente social na análise linguística, estudando a língua padrão e os fatores externos a ela que podem modifica-la ao longo do tempo sendo essas modificações de ordem fonética, morfológica, sintática e semântica, ocorrendo assim, o fenômeno da Variação linguística, como explica (TARALLO,1985,p. 07)“ William Labov quem, mais veemente, voltou a insistir na relação entre língua e sociedade e na possibilidade, virtual e real, de se sistematizar a variação existente e própria da língua falada”.

Na Variação Linguística, temos também os conceitos de **variável e variante** as quais, (TARALLO,1985, p. 08) as define como: “variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de variável linguística”. Além disso, Tarallo também explica em seu livro “*A pesquisa Sociolinguística*” (1985) que as variantes podem ser divididas em **variantes-padrão/ não-padrão**. No que se refere variante padrão, Tarallo afirma que ela é considerada conservadora e goza de prestígio sociolinguístico na comunidade, ao contrário da não padrão que é estigmatizada, ficando marginalizada na comunidade. Um exemplo das duas variantes no Português Brasileiro é a marcação do plural, em que a variante [s]<sup>7</sup> é padrão, e a variante [ϕ]<sup>8</sup> é não- padrão.

Além disso, podemos evidenciar que a língua é heterogênea, e sendo ela uma atividade social, corresponde a:



um conjunto de usos concretos, historicamente situados, que envolvem sempre<sup>6</sup> um locutor e um interlocutor, localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico conversacional previamente negociado. [...] é um fenômeno funcionalmente heterogêneo, representável por meio de regras variáveis socialmente motivadas (CASTILHO, 2000, p. 12).

Nesse viés, segundo Bortoni-Ricardo (2004, p. 74 apud HYMES, 1966) é possível que o falante se comunique em qualquer circunstância de acordo com os fatores sociais e culturais, o que a autora chama de competência comunicativa; ou seja, não existe o “certo” ou “errado” quanto ao uso da língua, tudo depende da adequação por meio dos recursos comunicativos portanto, a variação é essencial a fala e está diretamente ligada ao papel que cada indivíduo representa nas comunidades de fala.

Sendo assim, variação linguística está visivelmente presente no âmbito escolar, pois é um ambiente frequentado por pessoas de diferentes realidades sociais e linguísticas que existem na sociedade. Diante disso, é de suma importância que esse fenômeno seja tratado nos documentos oficiais para acontecer a inclusão de todos os usuários da língua portuguesa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada pelo Ministério da Educação (MEC), em 2017, ex-ministro da Educação Mendonça Filho, no governo do ex-presidente Michel Temer, é um documento que possui grande influência na educação brasileira por ser “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p.7). Além disso, a Base é referência obrigatória para a elaboração dos currículos das escolas públicas e privadas de todo o país.

A BNCC garante “está orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (...)” (BRASIL, 2017, p.7). Sendo assim, ela traz na área de linguagens, no componente

---

<sup>6</sup>Labov (1972) afirma que uma **comunidade de fala** é aquela que compartilha normas e 'atitudes' sociais perante uma língua ou variedade linguística;

<sup>7</sup>Palavras com a presença do plural “s”;

<sup>8</sup>Palavras sem plural.



curricular Língua Portuguesa uma reflexão sobre a variação linguística, que é um fenômeno muito significativo por fazer parte da história e da cultura dos usuários da língua.

O documento propõe que no ambiente escolar deve-se refletir sobre como a língua é heterogênea, deixando de lado aquela antiga concepção de ensino baseado na gramática normativa e que existe uma única língua portuguesa considerada a “correta”. Isso é um avanço para a inclusão linguística, pois como ressalta Bagno (2008, p.20) “enquanto a língua é um rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso, a gramática normativa é apenas um igapó, uma grande poça de água parada, um charco, um brejo, um terreno alagadiço, à margem da língua”. Ainda, Bagno (1999, p.18-19) declara que:

É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas à educação e à cultura abandonem esse mito da “unidade” do português no Brasil e passem a reconhecer a verdadeira diversidade linguística de nosso país para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não padrão. O reconhecimento da existência de muitas normas linguística é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja consequente com o fato comprovado de que a norma linguística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma “língua estrangeira” para o aluno que chega à escola proveniente de ambientes sociais onde a norma linguística empregada no cotidiano é uma variedade de português não padrão.

Assim, percebemos que há um lugar pensado para o trabalho da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular e que é um direito de aprendizagem do estudante na Educação básica, pois este documento normativo expressa que:

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado (BRASIL, 2017, p.79).

Ademais, nas competências específicas de língua portuguesa para o Ensino Fundamental, a Base traz em sua quarta competência que é preciso “Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos” (BRASIL, 2017, p.85). Nesse caso, a BNCC toca em um

ponto muito presente em nossa sociedade, o preconceito linguístico. Esse tipo de preconceito se trata de “julgar falantes ou grupos inteiros em uma comunidade pelas formas linguísticas que empregam (e essas formas geralmente são as que se afastam do padrão)” (COELHO, 2010, p.35). O argumento é que as pessoas “erram” em suas escolhas ao falar ou escrever, que suas escolhas são imperfeitas ou inferiores. Esse tipo de julgamento gera exclusão social, e muitas vezes, essa exclusão vem acompanhada de agressões verbais e até físicas. Entretanto, vale a pena ressaltar que essa valorização da variação linguística trazida pela BNCC precisa sair do papel e fazer parte da realidade das escolas e da nossa sociedade em geral.

Por fim, é necessário observar em quais pontos estão as maiores dificuldades de pôr em prática as habilidades aplicadas no papel pela BNCC, observar também a complexidade da aceitação diante das variantes, principalmente no contexto escolar, buscando alternativas para diminuir o preconceito linguístico, como afirma Bagno (2008, p.48) existe uma tendência (mais um preconceito!) muito forte no ensino da língua de querer obrigar o aluno a pronunciar “do jeito que se escreve”, como se essa fosse a única maneira “certa” de falar português.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo abordou como a variante linguística é tratada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma vez que esse documento apresenta grande influência na educação brasileira, servindo como base para as práticas pedagógicas, por isso é tão importante que ele demonstre a devida importância de se trabalhar o fenômeno da variação linguística em sala de aula na disciplina de língua portuguesa, mostrando que a vertente variacionista está presente nas escolas.

Outrossim, assim como ressalta a BNCC, é necessário que o professor de língua portuguesa reconheça a homogeneidade da língua para que ocorra a inclusão linguística de todos os sujeitos que frequentam o ambiente escolar. Assim como destacamos, é necessário reconhecer que, em nosso país, temos uma grande diversidade linguística e devemos valorizar esse fenômeno linguístico.

Sendo assim, afirmamos a necessidade de que as universidades trabalhem de forma crítica, com os futuros educadores, sobre a variação linguística e sua função na sociedade. Como também, que as políticas públicas voltadas para a Educação, reforcem cada vez mais a relevância de se abordar essa variação em sala de aula. Assim, poderemos formar cidadãos críticos e capazes de respeitar a forma de cada indivíduo se expressar, e com isso,



conseguiremos combater o preconceito linguístico e aumentar a autoestima linguística dos cidadãos.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2007.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNIMED, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 02 de maio de 2022.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 71-104.
- CASTILHO, A. T. de. **A língua falada e o ensino de língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2000.
- COELHO, Izete Lehmkuhl; GÖRSKI, Edair Maria; MAY, Guilherme Henrique; SOUZA, Christiane Maria Nunes de. **Sociolinguística**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Perspectivas, v.14, n.2, São Paulo, 2000.
- GÖRSKI, E.; COELHO, I. L.. **Variação linguística e ensino de gramática**. Working Papers em Linguística, Florianópolis, UFSC, 2009
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. Ed. Florianópolis, 2005.
- TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. Ática, 1985.